

Historiografia e Cronologia dos principais fatos históricos

Da revolução burguesa a revolução proletária

1789 (grande revolução francesa – burguesa) a 1871 (Comuna de Paris – primeira vez que a classe operária toma o poder)

1789- A grande revolução burguesa

1789: A grande revolução francesa: É uma revolução burguesa contra o regime feudal: senhores feudais, monarquia absolutista (poder absoluto dos reis) e o poder da igreja católica. Ficou famosa pelo lema: “igualdade, liberdade e fraternidade”. Seu símbolo foi a Queda da Bastilha. Esta revolução foi dirigida pela burguesia com a participação dos trabalhadores e pequenos burgueses (grupo chamado de 3º estado).

*O antigo regime Feudal – um tipo de sociedade em que eram imensos os privilégios da Igreja e da nobreza. Economia baseada na propriedade feudal, e na relação entre servos e senhores. Era dividida em estamentos que são grupos sociais fechados, ou seja, um nobre era sempre um nobre e um elemento do povo era sempre uma pessoa do povo, sem direitos políticos e cheios de deveres para com seu senhor. Assim, o "povo", que era formado por ricos burgueses, artesões, operários de todo tipo e humildes camponeses, tinha direitos políticos insignificantes e pagava a maior parte dos tributos que sustentavam o estado absolutista, isto é, aquele em que o monarca tem poder absoluto.

*Cenário da revolução de 1789 - O Governo estava fraco, as guerras dispendiosas, a rivalidade colonial com a Inglaterra e os excessivos privilégios do Clero e da nobreza quebraram as finanças da monarquia e uma crescente insatisfação popular culminou na Revolução Francesa de 1789 exigindo direitos civis e políticos.

1789 a 1791 - Primeira Assembleia Nacional Constituinte: O sistema representativo era feito através da composição dos Estados Gerais. Os Estados Gerais de 1789 compunham-se de 1.154 representantes: 291 deles eram deputados do clero, 285 da nobreza e 578 do Terceiro Estado. Na época, dos 25 milhões de franceses, apenas 120 mil pertenciam ao clero e 350 mil à nobreza. Na representação dos Estados Gerais convocados, o “povo”, que perfazia a imensa maioria, tinha só dois parlamentares a mais.

As diferenças entre os deputados do Terceiro Estado, da nobreza e do clero, não ocorriam só no comportamento e na maneira de vestir (os deputados do Terceiro Estado eram obrigados a usar o preto, enquanto os das ordens privilegiadas podiam trajar-se luxuosamente. Nos debates que convergiam para a formação de uma monarquia constitucional, os representantes do Terceiro Estado insistiam na abolição de antigos privilégios e na supressão da votação por “estados”. Desejavam que cada representante tivesse direito a um voto, o que daria maioria, ainda que apenas por dois votos, aos deputados do Terceiro Estado. Os eleitos pelo clero e pela nobreza resistiam, insistindo em manter o antigo sistema no qual cada ordem tinha um só voto, o que permitia aos nobres e ao clero continuar controlando a votação.

Por detrás da insistência do Terceiro Estado, alinhava-se um descontentamento generalizado com a monarquia, com a inépcia do rei e com os desatinos da rainha Maria Antonieta, a Austríaca, pessoa

das menos estimadas pelo povo francês em todos os tempos.

20 de junho: O rei ordenou a dissolução da assembleia, mandando a guarda suíça evacuar os trabalhos legislativos. Os deputados, porém, contando com a defecção de vários parlamentares das ordens privilegiadas, não se renderam. Reuniram-se então em outro local, e lá juraram que não se separariam enquanto não dotassem a França de uma Constituição. Com tal ato, o legislativo, assumindo estar falando em nome do povo inteiro, praticamente rompeu com o absolutismo.

9 de julho - Assembleia Nacional Constituinte foi criada pelo terceiro estado (camponeses, artesãos, burgueses) à revelia do rei. Limitava os poderes do Rei e eliminava os privilégios do primeiro (clero) e segundo (nobreza) estamentos ou estados. Mas Luís XVI se opôs a toda essa reforma política, provocando uma reação violenta do povo.

12, 13 e 14 de julho – Quando o informaram que o povo havia tomado a Bastilha num assalto sangrento, o rei Luís XVI reagiu com assombro: - Mas isso é um motim! - Não, senhor. Não é um motim, é a revolução - respondeu-lhe um palaciano. O incrédulo Luís XVI estava perplexo, mas a revolução estava mesmo nas ruas de Paris. A subversão de ordem política já ocorrera com a proclamação da Assembleia Nacional Constituinte, a nove de julho de 1789. Faltava a insurreição popular, que não tardou. No dia 12, com a demissão do ministro Jacques Necker - considerado o único reformista do governo monárquico - as tropas reais concentraram-se em Versalhes e Paris para tentar evitar novas sublevações. O povo, protestando contra o afastamento da sua única esperança, saiu às ruas. Houve enfrentamentos. No dia seguinte, mais tumultos. Logo pela manhã, após um alarme, os remediados de Paris encheram os largos e vielas armados de machados, pistolas, pedras e porretes. As tropas reais foram abandonando a cidade, bairro após bairro. Os revoltosos, então, assaltaram os armeiros e os arsenais militares, levando centenas de espingardas.

A criação da Guarda Nacional - Temendo ser deposto, o rei Luís XVI junto com o clero organizou tropas para conter os rebeldes. Na verdade Luís XVI estava preparando um golpe de Estado com a nobreza e o clero. Mas os rumores da conspiração se espalham e os deputados parisienses formam um Comitê de Vigilância e ordenam ao povo da capital que se armasse, organizando uma Guarda Nacional. Ou seja, a burguesia chamou o povo a se armar para responder a repressão do Rei. Assim nasce a Guarda Nacional francesa, formada por trabalhadores voluntários armados. Essa força conseguiu deter as tropas da nobreza, fazendo com que os nobres fugissem da França e buscassem exílio em outros reinos da Europa. O rei, no entanto, foi detido e não conseguiu fugir.

14 de julho – A queda da Bastilha. O povo organizou-se e desencadeou movimentos radicais, como a tomada da Bastilha, prisão onde estavam as pessoas perseguidas pelo Antigo Regime. A massa insurgente era composta de soldados desmobilizados, guardas, marceneiros, sapateiros, diaristas, escultores, operários, negociantes de vinhos, chapeleiros, alfaiates e outros artesãos, o povo de Paris enfim. A fortaleza (bastilha), por sua vez, defendia-se com 32 guardas suíços e 82 "inválidos" de guerra, possuindo 15 canhões, dos quais apenas três em funcionamento. A abertura dessa prisão e a libertação dos presos em seu interior, em 14 de julho de 1789, tornou-se um símbolo de que o poder já não estava mais nas mãos do rei. Era o começo da Revolução. A Bastilha era uma fortaleza situada em Paris, que foi transformada pela monarquia numa prisão de Estado. Lá ficavam presos todos que discordavam do poder absoluto dos reis e do clero. Vários políticos, cientistas e intelectuais foram presos em seus cárceres. Depois virou uma prisão para a monarquia e a nobreza contrarrevolucionária.

Assembleia Legislativa Francesa: Em 1791 começou a vigorar a nova Constituição francesa. A

Assembleia Constituinte, convocada para escrevê-la, foi dissolvida ao concluir sua missão. Em seu lugar, passou a funcionar a Assembleia Legislativa Francesa, que foi palco das disputas que estavam sendo travadas na sociedade como um todo. O exercício da política passou a se fazer a partir da divisão dos poderes entre Legislativo (que faz as leis), exercido pela Assembleia; Executivo (que executa as leis), exercido pelo rei; e Judiciário (que cuida do cumprimento das leis), exercido por juízes eleitos.

As duas alas do parlamento Frances: Jacobinos (esquerda) e Girondinos (direita) - Dentro da Assembleia, do lado direito sentavam-se os chamados girondinos, que eram moderados e queriam o respeito à Constituição. Do lado esquerdo, os deputados radicais, que queriam a implantação da República, limitando o poder real. Os da esquerda eram chamados de jacobinos (liderados por Robespierre) e "cordeliers" (liderados por Danton e Marat).

Daí surge o termo direita e esquerda usado até hoje.

1792 - Período da Convenção - Mesmo com a Constituição aprovada, revoltas continuaram agitando a França. Os camponeses rebelaram-se. A França declarou guerra à Áustria e à Prússia, temendo a volta dos nobres que lá estavam exilados. O rei, por sua vez, teve seu poder suspenso e novas eleições para a Assembleia foram convocadas em 1792. Os vitoriosos, os deputados da esquerda, inauguram o período político conhecido como Convenção, que é a época mais radical da Revolução Francesa. Medidas mais amplas como educação para todos e voto para todos os homens (não para as mulheres), independente de renda (o chamado sufrágio universal masculino) foram projetos defendidos pelos jacobinos. Relatório da Convenção que define as relações entre Estado e Igreja. A igreja passa a estar submetida ao estado.

1793 - Decapitação do rei e o novo calendário. Durante a Convenção, a República foi implantada e adotou-se o ano zero francês, como um marco histórico que inaugurava a história da França. Os jacobinos assumiram o poder e decapitaram o rei Luís XVI em 1793. Vários suspeitos de traição à Revolução foram mortos na guilhotina, como Danton, acusado por Robespierre.

1794 – Período do Diretório - os girondinos conseguiram derrotar Robespierre e assumiram o poder no ano seguinte. Assim, em 1795, iniciou-se o Diretório, restaurando muitos dos privilégios que haviam sido derrubados pela Convenção.

1795 a 1799 - as Assembleias do Diretório agiam ora permitindo o retorno ao culto, ora regressando a uma política de perseguição.

1799 – O golpe de Napoleão Bonaparte. Durante o Diretório, Napoleão Bonaparte, um general popular que havia lutado na Revolução, deu um golpe de Estado em 1799 e tornou-se imperador. Esse golpe teve o apoio do Exército e da burguesia e foi uma forma de deter tanto as intenções mais radicais dos populares, quanto os desejos da nobreza e do clero de manterem seus privilégios. Com Napoleão inaugurou-se, então, um outro período da história da França, em que as ideias e conquistas da Revolução Francesa foram usadas para fortalecer o poder desse imperador. Assim, Napoleão, além de pretender controlar a França, quis conquistar o mundo, sob o pretexto de levar as conquistas da Revolução a outros países.

Principais Medidas da Revolução Burguesa

– Abolição dos direitos feudais e supressão do dizimo.

- A igualdade civil foi estabelecida para os homens.
- Confisco dos bens do clero para saldar déficit nacional.
- Aprovada a Constituição Civil do Clero.
- Decreto fixando o prazo de dois meses para o juramento dos padres em exercício à Constituição.
- Abdicação dos bispos de Paris, marca o início da descristianização.
- Convenção Nacional adota o Calendário Republicano, determinando a data de 22/09/1792 como início do ano I da Republica.
- Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, um documento que defende direitos como a liberdade, a igualdade e a propriedade para todos os cidadãos.

1830 - Eclodem revoluções nacionalistas na Europa

1830 - com o fortalecimento das tendências republicanas, a opinião pública europeia se radicalizou. O desenvolvimento industrial e o substancial crescimento do proletariado urbano francês entre 1830 e 1850, originaram novos problemas sociais. A situação dos operários era desesperadora. Em Lyon por exemplo a classe protagonizou alguns levantes, que foram duramente reprimidos pelas autoridades.

Sociedades Secretas. Depois destes levantamentos populares surgiram por toda a França sociedades secretas constituídas por operários, ligadas ao movimento republicano e ao movimento do socialismo utópico.

25 de Julho de 1830 - A publicação das Ordenanças de Julho, suprimindo a liberdade de imprensa, dissolvendo a câmara, reduzindo o eleitorado, anulando as últimas eleições e permitindo-se governar através de decretos, deu origem ao levantamento de barricadas em Paris (1830) e à generalização da luta civil que conduziria à Monarquia de Julho, cujo clima perpassa pelas páginas de *Os Miseráveis*, de Victor Hugo.

O Rei Burguês: Carlos X parte para o exílio. Sucede-lhe o primo Luís Filipe I, conhecido como "o rei burguês". Os financistas viram-se representados, uma vez que o próprio monarca era oriundo daquelas fileiras. Apoiado por banqueiros como Casimire Pérere e contando com ministros como Thiers ou François Guizot, a nova monarquia vem assim conseguir impor um clima de "paz" e "prosperidade".

1837 – Revolução industrial: Triunfo do capitalismo industrial inglês. A Inglaterra foi precursora na Revolução Industrial (1760 a 1860 – 1 fase) devido a diversos fatores, entre eles: possuir uma rica burguesia, o fato do país possuir a mais importante zona de livre comércio da Europa, o êxodo rural e a localização privilegiada junto ao mar o que facilitava a exploração dos mercados ultramarinos. Como muitos empresários ambicionavam lucrar mais, o operário era explorado sendo forçado a trabalhar até 15 horas por dia em troca de um salário baixo. Além disso, mulheres e crianças também eram obrigadas a trabalhar para sustentarem suas famílias. A revolução industrial depois se espalhou para Alemanha, França e outros países da Europa e Estados Unidos.

1839 – Criação da Liga dos Proscritos: artesão emigrados, exilados da Alemanha, criaram a associação secreta – liga dos proscritos (desterrados, excluídos). Promovia sua autoproteção, conspirava contra o governo, era um grupo muito pequeno.

1843 surge a Liga dos justos – a liga dos Proscritos se divide, e cria a liga dos justos.

- Marx (com 25 anos) chega a Paris.
- Engels recusa o convite para entrar na Liga dos Justos.

1844 - A liga dos justos se amplia para Inglaterra, Bélgica entra na Alemanha. Sua atividade mais intensa é na França.

1844 - Marx também não aceita entrar na liga dos justos.

1845 - A grande Crise - A situação política francesa foi profundamente agravada pela eclosão de uma crise econômica devido à escassez de alimentos. Essa crise acabaria se estendendo por todo o continente e estaria na origem das revoluções que abalaram a Europa Centro-Occidental, no ano de 1848

1846 A crise se agrava - O reinado de Luís Filipe revelou-se arquiconservador, gerando insatisfações. O descontentamento popular contra o rei Luís Filipe e seu ministro Guizot avolumava-se desde 1846, estimulado pela crise econômica. Foi um ano de péssimas colheitas, desencadeando uma crise agrícola em todo o continente. A crise agrícola levou a uma série de revoltas camponesas. Essa crise desencadeou uma alta vertiginosa do custo de vida, atirou à miséria grandes setores da população rural e reduziu drasticamente a sua capacidade de consumo de produtos manufaturados.

Crise na liga dos justos - provocada por diferenças sobre o que fazer na atual situação de ebulição do movimento operário.

1847 – a situação agravou-se com uma crise econômica, traduzida na queda do valor dos salários e no encerramento de inúmeras unidades fabris. A instabilidade, no entanto, vinha de trás.

Surge a Liga dos Comunistas – O comitê Central da Liga dos Justos convoca um congresso democrático, com documentos escritos, com o objetivo de construir um novo programa para a liga. Marx e Engels são convidados e participam ativamente deste processo. O congresso elege uma nova direção e a liga dos justos muda de nome, passando a chamar liga dos comunistas. O congresso encarrega Marx e Engels de escrever esse novo programa: O Manifesto do partido comunista.

1948 – Primavera dos povos na Europa e a Publicação do Manifesto do Partido Comunista

Fevereiro de 1948 - O Manifesto Comunista é publicado pela primeira vez em fevereiro, Londres. Foram impressos cerca de 3 mil exemplares. Sem indicação de autores. O manifesto era assinado pela liga dos comunistas.

– Neste mesmo momento ocorre a insurreição de fevereiro na França, que como um rastilho de pólvora incendeia toda a Europa. (Foi iniciado por uma crise econômica na França, e foi a onda revolucionária mais abrangente da Europa, embora em menos de um ano, forças reacionárias tenham retomado o controle e as revoluções em cada nação tenham sido dissipadas. Essa onda revolucionária na Europa ficou conhecida com a Primavera dos Povos).

22 fevereiro – é convocado um banquete popular público, um ato de operários, estudantes, artesões, que exigiam a instauração da república, direitos civis, e a melhora nas suas condições de vida. Fizeram uma petição na qual colheram 5 milhões de assinaturas pela república e o direito ao sufrágio, que até então só existia para os proprietários, ou seja, para burguesia. O movimento avança nas suas reivindicações e pede a cabeça do Rei. Paris se enche de barricadas assustando os burgueses de oposição, que se afastam do movimento.

24 De fevereiro - O governo manda a guarda nacional atacar o movimento, 500 são fuzilados covardemente na calada da noite. O governo manda expor os corpos fuzilados em carros iluminados por tochas para intimidar o movimento. O resultado é o oposto do pretendido. A guarda nacional muda de lado e para de reprimir os manifestantes e se insubordina as ordens do rei. Na manhã do dia 24 de Fevereiro, quando inspecionava as tropas, o rei foi vaiado por elas. Os insurrectos controlavam os arsenais. À tarde, já corriam proclamações republicanas. Incapaz de reagir, a Luís Filipe só restava abdicar o trono. O parlamento dissolveu-se. A Monarquia de Julho tinha sido destronada. O Rei Luiz Filipe abdica, dissolve o parlamento e tem início assim a segunda republica.

25 de Fevereiro - Se monta um governo de coalizão: burguesia, pequena burguesia e socialistas. Foi implantada a Segunda República, em resultado de uma expressiva manifestação; todavia, esta não veio a corresponder às aspirações dos operários que reclamavam uma reforma social. Se conquista o sufrágio universal para os homens e a jornada de 10 horas de trabalho. Por pressão dos operários e socialistas, foram criadas as Oficinas Nacionais (*ateliers nationaux*) - fábricas com capital estatal e dirigidas por operários, destinadas a aliviar a crise econômica e o desemprego. Foi criada a Comissão de Luxemburgo, cujo objetivo era a preparação de projetos de legislação social e a arbitragem de conflitos de trabalho. O novo Governo não tocou no direito à propriedade privada, mas concedeu o tão desejado direito ao trabalho, uma medida que seria posta em prática pela Comissão de Luxemburgo, presidida por Louis Blanc e por Albert, mas os prometidos direitos foram negados por uma direção política burguesa pouco sensível aos problemas do operariado.

A Unidade da Burguesia contra o proletariado nascente - Os grandes burgueses moderados da oposição estavam exasperados, pois o que mais temiam estava nas ruas: a revolução social dos pobres. As ruas de Paris eram tomadas por um contingente de 40 a 50 mil manifestantes. O Governo provisório convocou eleições, as quais deram vitória aos candidatos da burguesia e dos latifundiários. Os grandes burgueses das diferentes alas tinham superado suas divergências para impedir qualquer ameaça à propriedade e à riqueza. Uma minoria socialista pressionava o governo para que promovesse novas e ousadas reformas sociais. Alguns falavam em abolir a propriedade privada.

Março - a situação de vida segue cada vez pior – As ilusões no novo governo se dissipam rapidamente. Em Paris, no mês de março, havia calma e as forças presentes no governo viviam em harmonia. A maioria dos operários confiava no governo e esperava uma solução rápida para sua miséria. Mas a harmonia não duraria muito. O governo não satisfazia nem as reivindicações dos mais radicais nem as inquietações dos mais conservadores. Mas era principalmente a crise econômica que agravava a inquietude de todos os operários. A falta de mercados para vender seus produtos, o aumento dos impostos, o marasmo econômico, aliado às agitações políticas e a fraqueza e hesitação do governo, provocavam pesadelos no mundo dos negócios. Desempregados e sem meios de sustento, os operários revoltaram-se espontaneamente levantando barricadas e dispostos a enfrentar o novo poder estabelecido e controlado pela burguesia. "*Nós queremos uma República democrática e social*", dizia um cartaz afixado pelos revolucionários. Toda tentativa de pacificação foi rejeitada pelos sublevados.

Cerca de 50 países foram afetados, embora as revoluções fossem locais e não houvesse uma coordenação entre elas. Os levantes foram liderados por uma mistura de reformadores, de membros da classe média e de trabalhadores, que não se mantiveram unidos por muito tempo.

23 e 24 de abril – A reação democrática: A burguesia sente a fraqueza do governo e diante do "perigo vermelho", a burguesia se preparou para contra-atacar. A arma desta vez foi a convocação com eleições e formação da Assembleia Constituinte.

12 de Novembro de 1848 - A Constituição foi finalmente promulgada estabelecendo a república presidencialista e o Legislativo unicameral com base no sufrágio universal. O Partido da Ordem, elege maioria dos deputados. Os republicanos, socialistas e representantes dos trabalhadores não chegam a eleger nem 100 delegados. A Assembleia Constituinte vira um instrumento da reação.

Junho de 1848: A reação autoritária e sangrenta da burguesia: A Comissão de Luxemburgo é dissolvida, as oficinas nacionais do estado que empregavam 110 mil operários são fechadas. Os blanquistas convocam uma insurreição, há revoltas espontâneas, barricadas são levantadas. A assembleia constituinte declara estado de sítio. Nobres, burgueses, padres, marcham ombro a ombro para derrotar a revolta de Paris.

4 dias de combate: 1500 trabalhadores mortos. 12 mil presos, 4 mil deportados. O movimento é massacrado pela república nascente.

Novembro – As eleições presidenciais e a Eleição do “Novo Bonaparte”: O general Cavaignac foi lançado candidato às eleições presidenciais de dezembro de 1848. Apesar de ter agido brutalmente contra os operários parisienses, por ser republicano convicto ele era suspeito ao Partido da Ordem, o mais organizado nacionalmente de todos os partidos.

No mesmo momento, surgia um "aventureiro", Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, que se apresentava como mantedor da ordem e tinha sobrenome conhecido e respeitado por milhões de franceses. Os operários de Paris votaram nele para que o general Cavaignac não fosse eleito e os camponeses também o fizeram em homenagem ao tio, que havia garantido suas propriedades, quando o clero e a nobreza ameaçavam retomá-las. Assim, Luís Napoleão foi eleito com 5,5 milhões de votos contra 1,5 milhão de seu concorrente.

Dezembro - A burguesia assume o controle. A república presidencialista é promulgada, Luís Bonaparte (sobrinho de Napoleão Bonaparte) é eleito presidente.

1852 - Luís Bonaparte - O golpe de estado e o Segundo Império. Luiz Bonaparte dá o golpe, acaba com a república e se torna imperador. A Segunda República durou até 1852, quando Luís Napoleão Bonaparte, sob o título de Napoleão III, proclamou o Segundo Império (1852-1870). Deu-se então a expansão do império francês, particularmente no sudeste asiático e no Pacífico terminou com a desastrosa guerra franco-prussiana de 1870-1871. (Data da Comuna de Paris)

1852 - A Liga dos Comunistas foi duramente perseguida. Contra ela, instaurou-se o processo de Colônia na Alemanha, nos quais vários dirigentes foram condenados a longos anos de prisão. Assim, não havia mais condições de mantê-la funcionando e, em 1852, foi dissolvida. Marx afirmou: “a Liga dissolveu-se, por minha iniciativa, declarando que a sua continuação (...) já não corresponde à situação vigente.”

1964 – É fundada a primeira internacional por Marx e Engels. No final da década de 1850, o movimento operário da Europa e dos Estados Unidos começou a recobrar fôlego. Organizaram-se novos sindicatos e realizaram-se grandes greves por aumento de salários, redução de jornada e por direitos sociais. A própria composição da classe operária começou a se modificar: aumentou o número dos operários empregados na grande indústria. Fruto desse processo, em 28 de setembro de 1864, formou-se a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Escreveu Johnstone: “A formação da 1ª Internacional em 1864 deu a Marx (e mais tarde Engels) a oportunidade de romper com seu relativo isolamento (desde 48) e integrar-se ao movimento operário da Europa Ocidental, que então renascia numa escala muito mais ampla que seu predecessor continental da década de 1840.”

1871 - A Comuna de Paris

1870 - Cerca de 100 mil Pessoas protestam contra o Segundo Império de Napoleão III após a morte de Victor Noir, jornalista republicano morto pelo primo do imperador, Pierre Bonaparte.

19 de julho – depois de uma batalha diplomática sobre a pretensão prussiana ao trono espanhol, Luís Bonaparte declara guerra à Prússia.

23 de julho – Marx completa a redação da “Primeira Mensagem” da Internacional sobre a guerra franco-prussiana.

2 de setembro – Batalha de Sedan. Napoleão III e o marechal MacMahon capitulam com mais 83 mil soldados. Napoleão III é preso.

4 De setembro – com a notícia de Sedan, trabalhadores de Paris invadem o Palácio Bourbon e forçam a Assembleia Legislativa a proclamar a queda do Império. À noite, a Terceira República é proclamada no Hôtel de Ville (prefeitura) de Paris. O provisório Governo de Defesa Nacional é estabelecido e continua a guerra com vistas a expulsar as tropas alemãs da França.

5 De setembro – uma série de reuniões e manifestações começa a ocorrer em Londres e outras grandes cidades exigindo que o governo britânico reconheça imediatamente a República francesa. O Conselho Geral da Internacional toma parte na organização desse movimento.

6 De setembro – o Governo de Defesa Nacional culpa o governo imperial pela guerra. Ele quer a paz, mas sem ceder “nem um palmo de nosso território, nem uma pedra de nossas fortalezas”. Enquanto a Prússia ocupar a Alsácia-Lorena, a guerra não acabará.

19 de setembro – dois exércitos alemães iniciam o longo cerco de Paris. O Governo de Defesa Nacional envia uma delegação a Tours, à qual se juntaria em breve Gambetta (que escapa de Paris em um balão), a fim de organizar a resistência nas províncias.

27 de outubro – rendição, em Metz, do exército francês, comandado por Bazaine e composto de 140 a 180 mil homens.

30 De outubro – a Guarda Nacional francesa é derrotada em Le Bourget.

31 De outubro – ao receber notícias de que o Governo de Defesa Nacional decidira iniciar negociações com a Prússia, trabalhadores de Paris e seções revolucionárias da Guarda Nacional se sublevam, lideradas por Blanqui. Eles ocupam o Hôtel de Ville e instalam seu governo revolucionário – o Comitê de Salvação Pública, encabeçado por Blanqui.

1o de novembro – sob pressão dos trabalhadores, o Governo de Defesa Nacional promete renunciar e convocar eleições nacionais para a Comuna. Com os trabalhadores pacificados por esta promessa, o governo toma violentamente o Hôtel de Ville e restabelece seu domínio sobre a cidade sitiada. Blanqui é preso por traição.

1871 - Começa o ano da Comuna de Paris que marcará a história do movimento operário

19 de janeiro – fracasso sangrento da ofensiva contra os prussianos planejada pelo general Trochu (o “plano” de Trochu).

22 de janeiro – o proletariado de Paris e a Guarda Nacional aderem a uma manifestação iniciada pelos blanquistas. Eles exigem a derrubada do governo e o estabelecimento de uma Comuna. Por ordem do Governo de Defesa Nacional, a Guarda Móvel Bretã, que defendia o Hôtel de Ville, abre fogo contra os manifestantes. Cerca de 30 manifestantes são mortos.

26 de janeiro – os alemães suspendem o bombardeio de Paris. 28 de janeiro – anúncio oficial do armistício franco-prussiano.

8 de fevereiro – realizam-se eleições para a Assembleia Nacional. Quatro deputados socialistas revolucionários são eleitos em Paris (em um total de 43).

12 de fevereiro – uma nova Assembleia Nacional é inaugurada em Bordeaux, ficando conhecida como Assembleia dos “rurais”.

16 de fevereiro – a Assembleia elege Adolphe Thiers como chefe-executivo.

24 de fevereiro – 2 mil delegados da Guarda Nacional se reúnem no Vauxhall. Manifestações na praça da Bastilha.

26 de fevereiro – é assinado em Versalhes, por Thiers e Jules Favre, de um lado, e Bismarck, de outro, o tratado preliminar de paz entre França e Alemanha. A França cede à Alemanha a Alsácia e a porção oriental da Lorena e paga reparações de guerra no valor de 5 bilhões de francos. Prevê-se uma progressiva desocupação do exército alemão à medida que os pagamentos forem realizados. O tratado final de paz foi assinado em Frankfurt, em 10 de maio de 1871. Os canhões da Guarda Nacional são levados para Belleville e Montmartre.

3 de março – os prussianos desfilam nos Champs-Élysées. Os trabalhadores de Paris reagem furiosamente à entrada das tropas alemãs na cidade e à capitulação do governo. A Guarda Nacional deserta e organiza um Comitê Central.

8 de março – fracasso da tentativa do governo de tomar os canhões da praça Vendôme. 15 de março – criação do Comitê Central da Guarda Nacional.

16 de março – Thiers se instala em Paris com o objetivo de “pacificar” a capital.

18 de março – Thiers tenta tomar a artilharia da Guarda Nacional, mas as tropas confraternizam com o povo de Paris e se recusam a executar suas ordens. Os generais Lecomte e Clément-Thomas são fuzilados por seus próprios soldados. Thiers abandona Paris e se instala em Versalhes. Começa a guerra civil.

24 de março – proclamação das Comunas de Marselha e Lyon a essas se sucederam várias outras até chegar em Paris.

26 de março – um conselho municipal – a Comuna de Paris – é eleito pelos cidadãos de Paris. A Comuna é constituída de trabalhadores, entre eles membros da Internacional e seguidores de Proudhon e Blanqui.

28 de março – se instala a Comuna de Paris. O Comitê Central da Guarda Nacional, que até então dera sustentação ao governo, renúncia. Se instala o Conselho da Comuna de Paris no Hôtel de Ville. Proclamação da Comuna de Paris.

Algumas Medidas da Comuna A Comuna abole o alistamento e o exército permanente.

A Guarda Nacional, em que tomam parte todos os cidadãos capazes de portar armas, passa a ser a única força armada.

A Comuna suspende todos os pagamentos de aluguéis de imóveis de outubro de 1870 a abril de 1871.

No mesmo dia, os estrangeiros eleitos para a Comuna são confirmados em seus cargos, pois “a bandeira da Comuna é a bandeira da República mundial”.

A Comuna declara que o salário máximo de qualquer um de seus membros não poderá exceder 6 mil francos.

A Comuna decreta a separação entre a Igreja e o Estado e a abolição de todos os pagamentos estatais para fins religiosos, assim como a transformação de toda propriedade da Igreja em propriedade nacional. A religião é declarada uma questão puramente privada.

A Comuna decide pela queima da guilhotina. Prisão, pela Comuna, de pessoas cúmplices do governo Thiers.

A Comuna decreta o desarmamento dos guardas nacionais contrários à Comuna.

A Comuna cria um decreto excluindo das escolas todos os símbolos, figuras, dogmas e preces religiosos. O decreto é gradualmente aplicado. A Comuna decreta o pagamento de uma pensão a todos os feridos, que será estendida, em 10 de abril, às viúvas e aos órfãos dos guardas nacionais mortos em combate.

A Comuna proíbe as prisões arbitrárias.

Para se defender dos ataques de Versalhes a Comuna cria um conselho de guerra.

A Comuna abole o trabalho noturno para os padeiros e as carteiras de registro dos trabalhadores. A emissão dessas carteiras é transferida aos subprefeitos do 20o *arrondissement* de Paris.

A Comuna organiza açougues municipais.

A Comuna decide pela requisição dos imóveis vazios para neles alojar as vítimas dos bombardeios realizados pelos versalheses.

A Comuna ordena o Confisco dos bens de Thiers.

19 de abril – a Comuna faz uma Declaração ao Povo Francês, em que expõe seu programa. A reação militar da burguesia franco-prussiana unida agora contra os trabalhadores

2 de abril – para suprimir a Comuna de Paris, Thiers pede a Bismarck a libertação de prisioneiros de guerra franceses e sua incorporação no exército de Versalhes. O exército francês começa o cerco de Paris, que é continuamente bombardeada.

14 de abril –Começo do bombardeio, pelos versalheses, de Asnières, onde estão estacionadas tropas da Comuna. O bombardeio durará até 17 de abril.

23 de abril – Thiers rompe as negociações para a troca, proposta pela Comuna, do arcebispo de Paris (Georges Darboy) e de muitos outros padres feitos reféns em Paris por um só homem: Blanqui.

15 de maio – crise entre a maioria e a minoria do Conselho da Comuna. So minoritários publicam um manifesto.

21 De maio - Início da semana sangrenta - as tropas de Versalhes entram em Paris. Os prussianos, que detinham os fortes do Norte e do Leste, permitem o avanço das tropas versalheses através da região norte da cidade, a qual fora vedada a eles nos termos do armistício. Ao longo dos próximos oito dias, dezenas de milhares de *communards* e trabalhadores (inclusive mulheres e crianças) são sumariamente executados (os números chegam a 30 mil), 38 mil são presos e 7 mil deportados.

22 De maio – tropas versalheses controlam o Champs-Élysées e os bairros Saint-Lazare e Montparnasse.

23 De maio – as tropas de Versalhes ocupam Montmartre. Início de grandes incêndios que irão destruir alguns monumentos parisienses, como o Palácio das Tulherias.

24 De maio – os versalheses controlam o Quartier Latin e multiplicam as execuções sumárias. O Hôtel de Ville e a Prefeitura de Polícia são incendiados. Os *communards* executam seis reféns, dentre eles o arcebispo Georges Darboy.

25 De maio - Na rua Haxo, a multidão massacra 11 religiosos, 35 gendarmes e quatro *mouchards* do Segundo Império.

27 de maio – intensos combates em Belleville, no cemitério do Père-Lachaise e em Buttes Chaumont. 28 de maio – no início da tarde, fim dos combates. Morte de Eugène Varlin.

29 de maio – capitulação do forte de Vincennes. Fim da Comuna de Paris. Início de processos, execuções e deportações de prisioneiros da comuna.